

MOMENTO

MDB

ORGÃO OFICIAL
DO MDB
PERNAMBUCO
ABRIL 77 - N. 2



Dep. Fernando Coelho

JUDICIÁRIO: REMENDO QUE NÃO REFORMA

Pag. 3

MULTINACIONAIS; OS LOBOS

Pag. 4

CENSURA



Pag. 6

CHICO: Sinal fechado ...

AINDA O RECESSO

OS INVERTEBRADOS E OS DIGNOS

Pag. 5



Estudantes: Dispersos?

QUEM TEM MEDO DOS ESTUDANTES

Pag. 8

RECADO DOS EDITORES

No dia mesmo do lançamento deste boletim, fomos surpreendidos com a notícia, posteriormente confirmada, de que alguns jornalistas pretendiam, através do seu Sindicato, representar contra nós, os editores, sob a acusação de «exercício ilegal da profissão». Estávamos, alegavam os reclamantes, editando um jornal sem sermos jornalistas e, muito menos, sindicalizados como tais. Até agora, nenhuma notificação recebemos, nem do Sindicato dos Jornalistas nem da Delegacia Regional do Trabalho. Todavia, em atenção aos leitores e à própria imprensa, e convencidos de que a intenção dos querelantes reside, efetivamente, na salvaguarda de legítimos interesses profissionais, permitimo-nos antecipar o seguinte:

1 — Preliminarmente, mesmo uma análise superficial do aspecto jurídico-formal já concluiria pelo não-enquadramento deste informativo nos dispositivos que regem atividades e empreendimentos jornalísticos. Parece óbvio que MOMENTO não é um veículo da imprensa convencional, nem sua circulação concretiza uma atividade profissional ou empresarial, econômica enfim. Como setor de uma agremiação partidária, este boletim constitui, em essência e finalidade, um órgão político e nunca jornalístico;

2 — No mérito da questão, lembramos aos menos informados que o principal escopo das normas reguladoras de atividades profissionais consiste na disciplina e proteção dos respectivos mercados de trabalho. Com isso, evidentemente, estão de acordo todas as pessoas de bom senso... Vejamos, agora e com isenção, o nosso caso: qual o mercado de trabalho que estamos invadindo? Qual o emprego, qual a atividade profissional que está a exigir interferência e proteção dos dispositivos legais? A título de informação, salientamos que nenhum dos editores de MOMENTO tem vínculo empregatício com o mesmo ou com o MDB; nenhum de nós ganha um só centavo pelo exercício dessa atividade — muito pelo contrário... Tudo se efetiva em termos de participação política, à base do dilettantismo e do voluntariado puro e simples.

Estejam tranquilos os integrantes da categoria e do Sindicato dos Jornalistas: nenhum prejuízo profissional, nenhuma invasão de mercado de trabalho vocês estão sofrendo com a edição de MOMENTO. Inclusive, contam com nossa modesta participação na defesa dos seus interesses profissionais, sempre que necessário — isto também faz parte do programa do MDB.

REGISTRO

Recebemos, do Presidente nacional do MDB: «Agradeço remessa MOMENTO vg formulando votos pela sua vitoriosa caminhada na luta idéias democráticas pt Deputado Ulisses Guimarães»

EXPEDIENTE

MOMENTO — órgão oficial do MDB/Pernambuco

CONSELHO EDITORIAL: Marcos Freire, Fernando Coelho, Fernando Lyra, Jarbas Vasconcelos, Sérgio Murilo Sta. Cruz, Thales Ramalho, Armando Monteiro Filho, Herberto Ramos e João Ferreira Lima Filho.

EDITORES RESPONSÁVEIS: Aristides Cavalcanti, Byron Sarinho, Cláudio César de Andrade, Otávio Valença e José Tavares.

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO: Av. Conde da Boa Vista, 1090

fone 21.42.41

Funcionários, sacrificados e mal pagos

O reajuste dos funcionários públicos federais, anunciado recentemente, tem gerado comentários e controvérsias que se estenderam, naturalmente, aos meios políticos, em todas as esferas. Como de costume, os porta-vozes da Arena se constituíram em eco da orientação do governo — afinal, dentro de um sistema em que pouco influem, sua função se esgota mesmo no mero "yes, sir!". De outros setores, entretanto, partiram protestos contra a insuficiência do reajuste e análises serenas e independentes em torno da situação do funcionalismo. Entre estas, ressaltamos o depoimento do Deputado Alceu Collares (MDB-RS) sobre a política salarial do governo para com os seus servidores, um trabalho sério, documentado e minucioso, que resumimos aqui em suas linhas essenciais.

Torna-se evidente, em primeiro lugar, uma política de "concentração de renda" beneficiando os chamados cargos superiores da hierarquia funcional. Como prova suficiente, basta considerarmos o aprofundamento do desnível existente entre os vencimentos concedidos aos ocupantes de cargos "especiais", de direção ou assessoria (contemplados pelo Dec Lei 1445 de 13.2.76) e os dos demais servidores. Essa tendência, aliás, afigura-se mais sensível após 1974, como veremos a seguir: em 1960, existiam 13 níveis na hierarquia funcional, consequentemente 13 faixas salariais para os servidores, e a diferença entre a máxima e a mínima era de 4,16 vezes. Em 1963, essa diferença caía para 3,72 e, em 1964, oscilava para 4,66, aquelas alturas já existindo 22 níveis. Em 1974, a distância se tornou mais pronunciada: 5,66 era a diferença entre os extremos de vencimentos. No ano passado, porém, já sob o advento da Lei 5645 (que instituiu 77 níveis salariais) e do citado Dec. Lei 1445, a distorção atingiu verdadeiro recorde: 15,34 entre os vencimentos máximo e mínimo da carreira! Além disso, existem outros problemas específicos gritantes, como lembra o Dep Alceu Collares: os quase 70.000 funcionários do ex-DCT, RFFSA e IBGE, os quais, não tendo sido classificados, continuam até agora com vencimentos equivalentes a antiga classificação.

Por outro lado, os estranhos critérios salariais do governo não redundam apenas nessas distorções da correlação interna entre os diversos escalões funcionais. Se compararmos os aumentos de vencimentos concedidos aos funcionários públicos com os dos demais trabalhadores assalariados do Brasil, especialmente após 1974, constatamos que o poder público parece efetivamente relegar seus servidores a uma condição próxima a de párias, até mesmo entre os demais trabalhadores — que, aliás, nunca foram muito mimoseados pelo "modelo" vigente... Pelo quadro que apresentamos a seguir, podem-se comparar os percentuais de reajustes autorizados para três diferentes categorias de remuneração: a dos funcionários públicos civis, o salário mínimo e os chamados salários profissionais, estes últimos sempre reajustados através de dissídios coletivos, com taxas previamente arbitradas pelos órgãos oficiais:

PERCENTUAIS DE REAJUSTE

	Funcionários	Salário Mínimo	Salário Profissional
1967 — JANEIRO	20	25	35
1968 — JANEIRO	20	23	19
1969 — JANEIRO	20	20	21
1970 — JANEIRO	20	20	23
1971 — MARÇO	20	20	21
1972 — MARÇO	20	19	20
1973 — MARÇO	15	16	15
1974 — MARÇO *	20	21	14
1975 — MARÇO	30	41	44
1976 — MARÇO	30	44	43

* em dezembro 74 houve abono de 10% p/funcionalismo e salário mínimo.

Somente para evitar malentendidos, deixamos claro que, com estas considerações, não nos colocamos contra a melhoria de vencimentos para o funcionalismo de categoria "técnica" ou "científica"; nem, tampouco, consideramos os reajustes de salários mínimos ou profissionais como passíveis de contenção — qualquer posição nesse sentido caracterizaria uma opção insensata e suicida pelo chamado "nivelamento por baixo". Independentemente de categorias e faixas, os assalariados têm sido os brasileiros mais solicitados a "apertar os cintos" e isso geralmente em função de uma política de concentração de recursos monetários nas classes mais altas, tida como correta e "milagrosa" até bem pouco tempo. E ainda agora, em paralelo às distorções existentes entre categorias, como acima demonstrado, os reajustes salariais resultam sempre inferiores às taxas de inflação anunciadas pelos próprios organismos oficiais. O que a Oposição propõe, nesse campo específico, é uma política de melhor distribuição da riqueza nacional, principalmente através da concessão de melhores condições salariais para toda a classe trabalhadora e de critérios que não redundem em detrimento dos servidores públicos.

JUDICIÁRIO: O REMENDO QUE NÃO REFORMA

Independente do desfecho a que chegou o impasse em torno da reforma do Judiciário, torna-se imperioso informar à opinião pública a verdadeira posição do MDB e quais os motivos que levaram os opositoristas a rejeitarem o projeto original do Governo. Sim, porque muitos órgãos de informação projetaram uma falsa posição de intransigência por parte do MDB e, o que é pior, desviando o foco das atenções do essencial, que era o conteúdo das diversas opções de reforma, para as questões puramente adjetivas, como os detalhes de sua tramitação nas bancadas e no Congresso. Para muita gente, ficou a impressão de que o Governo simplesmente propôs a reforma do Po-

der Judiciário e o MDB a recusou, preferindo a manutenção do "status quo". Pura e simples distorção da realidade. Em resumo, as posições reais eram as seguintes: havia um projeto do Governo, que apenas alterava, e de forma superficial, aspectos técnico-administrativos do funcionamento do Judiciário; havia, também, um substitutivo do relator do projeto, Senador Acioly Filho (Arena-PR), melhorando sensivelmente as proposições de caráter técnico e omitindo-se dos problemas político-institucionais; existia, ainda, um substitutivo da Arena, apresentado pelo Senador Eurico Rezende (Arena-ES), praticamente ratificando a diretriz governamental (aliás, como de hábito...); e,

finalmente, a posição do MDB, que acatava em grande parte as propostas técnicas do arenista Acioly Filho e proporcionava uma real amplitude à reforma, incluindo proposições de ordem institucional, como as atinentes às garantias da magistratura e revitalização do "habeas corpus" em toda a sua plenitude. Em suma, o Sistema impôs uma reforma paliativa e meramente operacional, parecendo considerar o Judiciário apenas como estrutura, como organização a ser reformulada, enquanto o MDB se posicionou por uma reforma ampla e mais profunda, que torne o Judiciário eficiente como estrutura e volte a ser autônomo como Poder da República.

Um anseio geral, a reforma em profundidade



Sérgio Murilo
Reformas que nada resolvem...

Seria enfadonho comentar todas as manifestações de desacordo com o projeto governamental — basta lembrar que foram numerosíssimos e especialmente oriundos de setores diretamente ligados ao aprimoramento da Justiça, como associações de magistrados, juristas célebres e, de modo geral, as diversas seções da Ordem dos Advogados do Brasil. O próprio Supremo Tribunal Federal, ao apresentar, em 1975, seu relatório-diagnóstico ao Presidente da República, advertiu que "a reforma do Judiciário — para não repetir erros e frustrações do passado — deverá ser encarada em profundidade, sem limitar-se a medidas paliativas ou a inexpressivos retoques de preceitos vigentes".

O advogado-deputado pernambucano Sérgio Murilo, com larga experiência nas chamadas lides forenses, em abordagem genérica do assunto, opinou que "o projeto de reforma, nos termos em que o Governo colocou, não corrigiria o anacronismo do aparelho judiciário e nem sequer eliminaria as distorções que ocorrem em relação aos vencimentos da Magistratura e do Ministério Público, pois o Governo não concordava com a equiparação às vantagens que percebiam, a qualquer título, os se-

cretários de Estado" (...) "Constituem aberrações a extinção dos Tribunais de Alçada, a constituição de um Conselho Nacional de Magistratura integrado por sete Ministros do Supremo Tribunal. Ora, se os Ministros de Alta Corte não dispõem de tempo suficiente para atender ao volume sempre crescente dos processos que lhes chegam às mãos, como agravar essa situação com outros encargos correccionais de âmbito nacional? Além dessas imperfeições, a maior é sem dúvida a não devolução dos predicamentos da Magistratura e da restauração do habeas corpus. O problema do Judiciário não é apenas de natureza técnica. Tem conotações político-institucionais, daí o impasse político criado". (...) "O que não é possível continuar é este estado de coisas, com um Executivo hipertrofiado, um Judiciário anacrônico e um Legislativo debilitado. A defesa do Estado pressupõe a vitalidade dos três Poderes. Enquanto não se resolver essa situação, não adianta cuidar de reforminhas que nada resolvem".

Ainda no mesmo diapasão, transcrevemos alguns trechos de um dos muitos pronunciamentos que, sobre a matéria, proferiu o também advogado e deputado pernambucano Fernando Coelho: "Incide o projeto do Governo no erro básico de visualizar os problemas do Judiciário sob ângulo meramente administrativo, sem que faça qualquer colocação de ordem institucional. Como se não fosse ele um Poder, tanto quanto os demais destinados a exercer, no conjunto de suas atribuições — como intérprete e aplicador da Constituição e responsável pelo equilíbrio de todo o sistema de organização do Estado — importantíssima função política". (...) "A tarefa que se impõe para a solução da crise que se reflete na esfera do Judiciário não é a revisão tímida de um capítulo isolado da Carta outorgada em 1969. Por mais que venham a ser agilizadas os Tribunais, não poderão proferir decisões justas nem pro-

teger eficazmente a liberdade dos cidadãos, se as leis que eles devam aplicar consagrarem a injustiça ou legitimarem a opressão. Da mesma forma, leis perfeitas se tornarão inócuas, quando votadas por um parlamento livre, se os Tribunais não gozarem de independência para aplicá-las e de autoridade para fazê-las cumprir". (...) "Antes que meramente administrativas ou operacionais, as dificuldades maiores enfrentadas pelo Judiciário decorrem do despojamento de sua posição de Poder independente — submetido que se encontra a um Poder maior, que paira acima da própria Constituição. Sem garantias ele próprio, não pode oferecer garantias eficazes a ninguém, tanto mais quando se pre-exclui de sua apreciação inúmeros atos do Executivo, diretamente ligados ao exercício dos direitos políticos e, por isso mesmo, de natureza não discricionária". (...) "Desprezando o essencial, o Projeto atém-se apenas ao secundário. Não aprofunda: fica na superfície das dificuldades existentes. Não enfrenta: ladeia o problema. Não soluciona: tergiversa. No substancial, nada reforma: apenas remenda. Natimorta, a reforma do Judiciário nesses termos será obsoleta antes mesmo de entrar em vigor".



Fernando Coelho
Nada reforma apenas remenda

Em síntese, as diferentes opções

Visando divulgar realmente o mérito das proposições, sem penetrar no cipal dos artigos, emendas, parágrafos etc. eis a posição resumida de cada, em relação a pontos fundamentais do problema judiciário brasileiro:

CONSELHO NACIONAL DA MAGISTRATURA

— Governo — Criou o Conselho, composto de 7 Ministros do STF com "função censória", inclusive sobre a Justiça dos Estados, podendo aposentar e colocar juizes em disponibilidade.

— Acioly — Manteve o Conselho, mas composto de 3 Ministros do STF, mais os Presidentes do TSE, TFR, STM, TST e um representante dos tribunais estaduais.

— MDB — Acatou o substitutivo Acioly, incluindo o Procurador Geral da República e o Presidente da OAB.

TRIBUNAIS DE ALÇADA

— Governo — Suprimiu aos Estados a faculdade de criar esses Tribunais e extinguiu os já existentes.

— Acioly — Manteve os Tribunais de Alçada.

— MDB — Acatou o substitutivo Acioly.

TRIBUNAIS DE JURI

Governo — Restrigiu a competência do Tribunal do Júri e incluiu na sua composição outros membros que não cidadãos comuns.

Acioly — Manteve a proposta do Governo.

MDB — Manteve o Tribunal do Júri plenamente soberano em seus julgamentos e composto de membros não-togados.

CARTÓRIOS

Governo — Propôs a oficialização dos cartórios, assegurando todavia aos atuais titulares a manutenção de seus privilégios e o gozo das vantagens vigentes e permitindo ainda o mesmo provimento de cartórios vagos por transferências, etc.

Acioly — Manteve a proposta do Governo, mas impediu novos casos de provimento, sob quaisquer artifícios ou pretextos.

MDB — Manteve o substitutivo Acioly.

QUESTÕES TRABALHISTAS/EMPREGADOS PÚBLICOS

Governo — Manteve a competência da Justiça Federal sobre reclamações trabalhistas contra a União, autarquias e outras entidades públicas.

Acioly — Submeteu questões envolvendo funcionários públicos regidos pela CLT à Justiça do Trabalho, especializada em direitos do trabalhador e mais rápida em seu rito.

— MDB — Acatou o substitutivo Acioly.

HABEAS CORPUS

Governo — Manteve a situação atual, não permitindo habeas corpus nos casos de atividades políticas e de segurança nacional.

Acioly — Idem.

MDB — Restabeleceu a amplitude do habeas corpus para todo e qualquer caso.

GARANTIAS DA MAGISTRATURA

Governo — Mantém suspensas as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, superadas pelo AI-5.

Acioly — Manteve a posição do Governo.

MDB — Restabeleceu, em toda a plenitude, as garantias da magistratura.

MULTINACIONAIS: LOBO EM PELE DE CORDEIRO

É bastante sintomática aquela "charge" em que aparecem vários americanos desembarcando em país subdesenvolvido, a exclamar felizes "We're in home!", ante a floresta de anúncios luminosos com suas familiares marcas de Coca Cola, Goodyear, Ray-O-Vac, Esso, Texaco, Ford etc. De fato, a presença e o poder desses gigantes aglomerados são palpáveis em todo o mundo e constituem preocupação de quase todos os povos, obrigando muitos governos a um contínuo aperfeiçoamento de seus mecanismos de defesa, na salvaguarda de suas riquezas e das próprias empresas nativas. No Brasil, a defesa da empresa nacional constitui ponto básico do programa do MDB, razão pela qual parece oportuno resumir alguns dados sobre o assunto, em função de algumas constatações bastante evidentes: primeiro, o domínio dos grupos estrangeiros não se concretiza apenas através das companhias e marcas notoriamente internacionais — pelo contrário, envolvem muitos empreendimentos aparentemente brasileiros; segundo, o empresariado nacional, praticamente encurralado, exerce hoje uma liderança pálida, restrita a pouquíssimos setores da economia; finalmente, representa um imenso montante a remessa de divisas para o exterior, por parte das firmas internacionais aqui existentes, e isso sob as formas mais diversas e de difícil controle.

Normalmente há uma certa tendência a identificar como estrangeiras apenas as firmas que mantêm suas denominações de origem, como as conhecidas Coca, Pepsi, Shell, Phillips, Mitsubishi, Fiat, General Motors e outras. Mas a prática, cada dia mais frequente, de aquisição de controle acionário de diversos empreendimentos nacionais por grupos estrangeiros, torna realmente difícil ao povo perceber pelas evidências toda a profundidade dessa penetração. Até mesmo por uma questão de

imagem, muitas firmas permanecem com suas razões sociais brasileiras, apesar da participação ou controle acionário do capital estrangeiro. É bem verdade que algumas têm suas vinculações internacionais bastante divulgadas, como a SANBRA (grupo Bung & Borne), a SOUZA CRUZ (British American Tobacco), a MAIZENA (CPC Internacional Inc.), e a CIA FUMOS SANTA CRUZ (Phillips Morris). Mas, por outro lado, temos certeza de que muitos brasileiros nem sequer suspeitam de que as



seguintes empresas estão sob controle estrangeiro (e note-se: a relação constitui insignificante amostragem, circunscrita ao setor de alimentação e correlatos): Leite Glória (Standard Brands, EUA), CIA Iguaçu Café Solúvel (Marubeni — Japão), Cervejarias Skol — Caracul e Aracruz Celulose (Brascan Ltd — Canadá), Citrosuco Paulista e Bahia Frutos S/A (Peter Eckes AG — Alemanha), Cia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares, Alimentos Supergelados S/A e Minalba (Nestlé Alimentana (Suíça), Kibon (General Foods — EUA), Laticínios Pócos de Caldas (Boussols, Sonchon e Danone — França), Quimbrasil, Moínhos Fluminense, Recife, Santista, Teone, Fortalça, Riograndense (Bung & Borne — Argentina) Cinzano (Fiat-Agnelli — Itália), Ultrafétil Adubos (Phillips Petroleum — EUA), S/A Curtume Carloca (C. F. Bayley AG — Suíça).

Estrangeiros lideram todos os setores

Um outro aspecto cujas características específicas precisam ser melhor divulgadas: a supremacia incontestada das multinacionais frente às empresas brasileiras em quase todos os setores mais representativos de nossa economia. Com base em dados da última edição de "Melhores e maiores da economia brasileira"

(set. 76), agrupamos alguns números bem significativos:

— Analisando o desempenho das 50 maiores empresas privadas nacionais e das 50 maiores multinacionais no Brasil, temos os seguintes comparativos

	NACIONAIS	ESTRANGEIRAS
Valor vendas (Cr\$ Milhões)	73.890	153.867
% Aum. Vendas 75/74	36,2%	50,2%
Valor lucro (Cr\$ Milhões)	3.832	9.037
Valor Patrimônio (Cr\$ Milhões)	24.067	44.848
Rentabilidade (lucro/patrimônio)	15%	20%

— das 20 maiores empresas privadas em operação no país (sob critério de faturamento) apenas QUATRO são brasileiras. Eis a relação desses gigantes, pela ordem de suas vendas em 1975: Volkswagen, Shell, Esso, Ford, General Motors, Light, Atlantic, Texaco, Mercedes, COPERSUCAR, Sanbra, Pirelli, Souza Cruz, CIA PETRÓLEO IPIRANGA, VARIG, Nestlé, Rhodia, Massy Ferguson, Phillips e PAO DE AÇÚCAR.

— além desse domínio de caráter geral, a

ação sempre crescente dos grandes grupos estrangeiros se faz sentir, e com toda a pujança, nos setores mais representativos e diversificados do mercado brasileiro. Basta analisar a relação das maiores empresas operando em alguns setores para comprovarmos como vai se tornando minoritária a participação da empresa brasileira. No estratégico setor "alimentos", por exemplo, das cinco maiores empresas, três são estrangeiras (SANBRA, NESTLÉ e SWIFT-ARMOUR), contra duas nacionais, COPERSUCAR e MATARAZZO. Por outro lado,

a indústria da borracha, intimamente ligada ao desenvolvimento da indústria automobilística, apresenta suas cinco maiores: PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, B.F. GOODRICH e AMAZONAS CALÇADOS. Também correlata, a distribuição de petróleo apresenta a exceção da PETROBRAS, sendo as outras as conhecidas SHELL, ESSO, ATLANTIC e TEXACO. A indústria eletro-eletrônica, por sua vez, não tem uma só brasileira entre as cinco maiores: PHILLIPS, ERICSSON, GENERAL ELECTRIC, STANDARD ELECTRIC e SIEMENS. O mesmo ocorre com outro setor importantíssimo — produtos farmacêuticos — cujas maiores são JOHNSON & JOHNSON, ROCHE, SANDOZ, LEPETIT e SIDNEY ROSS. Na indústria química, das cinco maiores quatro são estrangeiras: RHODIA, WHITE MARTINS, DU PONT e BAYER. Eis as cinco maiores siderúrgicas: MANESSMANN, BELGO MINEIRA, J. L. ALPERTI, RIOGRANDENSE e AÇOS VILLARES. Finalmente, as cinco maiores fornecedoras de equipamentos p/escritórios (não se pense em cliques mas em computadores): IBM, OLIVETTI, SPERRY RAND, SHARP e BURROUGHS, todas estrangeiras.

As multinacionais capitalizam nossa economia?

O "Relatório Alternativo", elaborado pelo MDB para a CPI das Multinacionais em fins de 1975, e pouquíssimo divulgado pela grande imprensa, apresentou dados minuciosos e bem representativos sobre a remessa de lucros para o exterior, que muitos julgam totalmente controlada pela legislação existente. Analisando apenas as 10 maiores multinacionais atuantes em cada setor produtivo, observa o documento citado que todas, sem exceção, remeteram para suas matrizes um volume de capital bem superior ao que teriam trazido para o país como investimentos. Pela minuciosa documentação anexada ao Relatório, essas empresas somadas promoveram, durante toda a sua existência no Brasil, uma entrada de 198,8 milhões de dólares, enquanto, somente nos últimos dez anos, remeteram para suas sedes um total de 774,5 milhões de dólares, a título de lucros, dividendos, importação de tecnologia, juros sobre empréstimos contraídos junto às associadas no exterior etc etc. Portanto, ao contrário do mito oficial do "aporte de recursos", o que se verifica é uma pernicioso contribuição à descapi-

talização de nossa economia. Eis os números concretos, referentes à movimentação de capitais, somando-se Volkswagen, Rhodia, Esso, Pirelli, Phillips, Firestone, General Electric, Souza Cruz, Johnson & Johnson, Anderson Clayton e Light (em milhões de dólares):

1. Investimento (entrada de capitais)	298,8
2. Reinvestimento (aplicação no país)	693,0
3. Lucros e dividendos remetidos p/ exterior	502,2
4. Gastos c/import. de tecnologia	272,1
5. Total remessas (3 + 4)	774,5
6. Saldo negativo (entradas — remessas)	475,7

Não se pode negar, obviamente, que além das remessas, o volume de reinvestimentos é apreciável, o que se explica pela extraordinária lucratividade das firmas estrangeiras, em taxas sempre superiores às das nacionais e mesmo das estatais. Vejam-se, para comprovar, dados de 1974, referentes às 5.000 maiores empresas

do país, que apresentam as seguintes taxas médias de rentabilidade (lucro/patrimônio):

Estatais	10,96%
Nacionais	15,45%
Estrangeiras	19,73%

Já em 1975, informações referentes às 50 maiores em cada categoria (nacionais, estrangeiras e estatais), publicadas ainda pelo insuspeito anuário "Melhores e Maiores" (1976), acusam as seguintes taxas de rentabilidade:

Estatais	8,1%
Nacionais	15,9%
Estrangeiras	20,1%

Como se vê, nada existe de jacobinismo nas teses nacionalistas defendidas há tantos anos pelos verdadeiros patriotas, os que vinculam soberania não somente ao domínio formal do território, mas acima de tudo ao poder de decisão e uso sobre as riquezas nacionais. E motivos de sobra tem o MDB para incluir entre os pontos do seu programa a defesa da empresa brasileira e o disciplinamento e um maior controle dos investimentos estrangeiros.

“Ainda o recesso: Os invertebrados e os dignos”

Como de hábito, o ato presidencial de fechamento do Congresso, entre outros efeitos, desencadeou uma verdadeira enxurrada de manifestações de servilismo e de obediência cega por parte dos círculos oficiais. Aqui em Pernambuco, por exemplo, os jornais publicaram os costumeiros telegramas, declarações e outras manifestações de solidariedade ao Presidente, principalmente oriundas das fileiras da Arena e de escalões governamentais. Aliás parece até que o único ponto de programa coerentemente cumprido pelos proceres governistas provincianos consiste na mais completa curvatura dorsal ante todos os atos emanados do Poder, de cujas decisões não participam nem são previamente informados, mas se sentem na obrigação de apoiar e aplaudir ruidosamente, aligeiramente, sem qualquer análise ou reflexão. Só para raciocinar, imaginem que fosse outra a medida tomada pelo Poder central ante o impasse da reforma do Judiciário: fechamento definitivo do Congresso, uso puro e simples do AI-5, cassações, fechamento do MDB e da própria Arena ou, até mesmo, a aceitação democrática do veto parlamentar. Alguém duvida de que a corrida da bajulação teria a mesma intensidade, os mesmos telegramas, as mesmas declarações de apoio irrestrito? Afinal, até agora, nenhum ato do Poder central deixou de ser “absolutamente certo” para os profissionais da submissão...

Por outro lado, além de não contar com cadeia nacional de televisão, as vozes discordantes do governo tiveram pouca guarida nas páginas da imprensa local. Por isso, sentimos no dever de reproduzir as opiniões dos que podem, pelo menos, se dar o luxo de tê-las e manifestá-las, nas atuais circunstâncias.

Antes de tudo, vale transcrever trechos da ativa Nota Oficial do MDB:

“O Governo se atribui o exclusivismo das decisões certas e o monopólio de discernimentos sobre o que convém ao Brasil. Os que aceitam essa posição e submissamente acatam tudo o que o Governo diz e faz são agraciados com o título de bons brasileiros. Os que têm a coragem cívica da divergência e na lei e na ordem expressam o seu pensamento, são classificados de arrivistas e maus”.

(...)

“A tramitação da reforma judiciária foi um episódio parlamentar. A proposta do Governo, antes da votação no Congresso Nacional, foi repelida pelos meios jurídicos do País. Manifestaram-se publicamente contra o projeto, ou lhe fizeram restrições fundamentais: o Tribunal de Recursos, Tribunais de Justiça dos Estados, entidades representativas do Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, diversos Institutos de Advogados, Faculdades de Direito, além de professores e juristas. Quanto ao Supremo Tribunal Federal, é importante lembrar que alguns dos seus membros afirmaram não representar o projeto a unanimidade de pensamento daquela Corte. E como se tudo isto não bastasse, o próprio relator da Comissão Mista, Senador Accioly Filho, da Arena do Paraná, depois de exaustivos estudos e contribuições obtidas na peregrinação por ele realizada entre os cultores do direito em todo País, concluiu pela elaboração de Substituto, que praticamente invalidou o projeto original.

Não se diga que faltou a colaboração do MDB. A Oposição participou da Comissão Mista, apresentou centenas de emendas e um Substituto, advertiu, discutiu e tudo fez para aprimorar a proposição. Se intransigência houve, esta foi da Maioria, que rejeitou até mesmo a proposta do Relator, pertencente a seus quadros, e praticamente retornou à Mensagem Presidencial.

No exercício de um direito e no cumprimento de seu dever, o MDB votou contra a Reforma proposta. Em nenhum País democrá-



Geisel fala ao Povo

tico a rejeição de projeto do Governo pelo Parlamentar constitui razão para a decretação do recesso do Poder Legislativo. Muito menos se pode entender a autoritária decretação, pelo Poder Executivo, da medida rejeitada pelo legislativo”.

(...)

“Governo existe até mesmo nos povos mais primitivos. A Oposição é conquista da evolução do pensamento na história da humanidade. O respeito assegurado aos divergentes nas sociedades civilizadas revela o grau de cultura política de um povo e o índice democrático de um governo.

O MDB representa mais de 40% da composição do Congresso Nacional. Seus senadores e deputados foram eleitos pelo povo mediante voto direto e com a pregação de idéias e a exposição de um Programa registrado na Justiça Eleitoral. Através de reformas, impostas autoritariamente, o Governo quer ignorar o pensamento da expressiva parcela da opinião pública que a Oposição legitimamente encarna”.

(...)

“Temos plena consciência de que, o absurdo de exasperação e intolerância que se manifesta de parte dos que exercem o poder é consequência da nossa expansão como força política, hoje, de longe, a mais representativa das aspirações e angustiantes necessidades do povo brasileiro. No que, com a Nação, tem sofrido e pode ainda sofrer, o MDB sabe que está pagando o preço histórico do seu engrandecimento”.

O senador arenista Teotônio Vilela, um dos poucos governistas que tem condições para pensar e externar com dignidade suas posições pessoais, concedeu entrevista publicada no Jornal do Brasil de 3.4.77, da qual selecionamos alguns conceitos, ainda sobre a reforma e o recesso:

“A proposta do Governo para a reforma do Judiciário continha absurdos”. Mais adiante: “O oficialismo voltou-se contra os estudos do Senador Accioly Filho. De maneira, no meu entender, drástica e até desleigante. Se a proposta governamental era irretocável, prescindindo do Congresso — e o AI-5 está aí para assegurar o princípio da verdade única — a escolha do Senador Accioly Filho para relator foi um erro clamoroso, pois o Senador paranaense cultivou o bom gosto de pensar...” Conclui o Senador alagoano: “Concordar e discordar são alternativas próprias do Congresso e a sua razão de existir. Se foi por isso que

se calou, emudeceu no pleno exercício de suas prerrogativas. E quem cumpre o seu dever, serve à Nação”.

(...)

Direta, franca e sem rodeios, como tudo em sua vida, foi a opinião do jurista Sobral Pinto sobre a fala do Presidente Geisel na TV: “Sou um brasileiro honesto e decente. O Presidente falou em ditadura da minoria. Ditadura é a dele”. (Jornal do Brasil, 3.4.77)

Através de “O Estado de São Paulo”, também de 3.4.77, um dos maiores analistas políticos do Brasil, Carlos Chagas, comentou sobre o episódio: “Algumas contradições pinçadas no pronunciamento do presidente Geisel sexta-feira à noite, dão bem a mostra da perplexidade que tomou conta não apenas dos meios políticos, mas da própria Revolução e do governo. Ao explicar por que decretara o recesso do Congresso, Geisel disse, a certa altura: “Queremos a democracia melhor, queremos o desenvolvimento integrado, econômico, social e políticos, mas devemos caminhar seguramente devagar e com passos firmes”. Quatro parágrafos adiante, porém, referindo-se à reforma do Judiciário, acentuava: “Temos que andar, e andar depressa, porque já estamos atrasados”.

Afinal, depressa ou devagar?

Disse o chefe do governo, também que pelo impasse no Legislativo é que decidira “usar dos meios legais de que dispunha para decretar o recesso”. Nova contradição, pois não são legais esses meios, senão excepcionais. Por outro lado, justificou a aplicação do AI-5 pelo artigo 182 da Constituição, como se esta gerasse aquele. Nada mais errôneo, pois é precisamente o ato que contraria e subverte a Constituição. Paralelamente, o general Geisel acusou a oposição de praticar a ditadura das minorias, impedindo a aprovação da reforma do Judiciário. Mas não será uma prerrogativa política, inserida nessa mesma Constituição por ele evocada e recusa de projetos de lei por um partido político? Ditadura, vale acentuar, é coisa bem diferente, e não muito difícil de identificar e definir.

Mais ainda, quicou-se o presidente de haver o MDB fechado questão na matéria. Mas quem se bateu pela fidelidade partidária, o voto do líder pelas bancadas e o fechamento de questões, mais de que o Sistema revolucionário? Quem, senão a Junta Militar, restabeleceu a necessidade dos dois terços para a aprovação de emendas constitucionais?

O problema é que, à medida que passa o tempo, as explicações se tornam mais penosas e difíceis para os detentores do poder, todas as vezes em que apelam para a força e a exceção. Vai ficando quase impossível conciliar essas medidas com filigranas de artifícios semânticos ou retóricos, e de tudo emerge com cristalina evidência uma realidade maior: Revolução e democracia, ainda que acopladas em 1964, constituem hoje valores distintos, incapazes de convivência. A marcha lenta, gradual e segura, é no sentido oposto ao referido pelo presidente, rumo da antidemocracia, ainda que de quando em quando esse caminhar se faça bem depressa, como na semana que passou.

Treze anos depois, não há mais que duvidar da natureza das coisas, e talvez a aceitação da realidade constitua o primeiro passo importante para as tentativas de superá-la. A conciliação, o entendimento, a busca de soluções evolutivas para as instituições deixam de ser possíveis enquanto perdurar o processo em que se transformou a Revolução”.

Nada mais cremos necessário necessário acrescentar. A consciência democrática de cada um e a própria História julgarão corretamente este episódio, e as atitudes dos que dele participaram.

«Não podemos ser continuamente silenciados. O nosso amordaçamento há de equivaler ao silêncio do próprio Brasil e à sua inequívoca conversão em país que muito pouco terá a dizer brevemente» — assim desabafaram os 1.046 intelectuais brasileiros que subscreveram o memorial contra a censura, encaminhado ao Ministério da Justiça no mês de janeiro último.

Mas, o ónus da censura não recai apenas sobre o Brasil — já que atinente a boa parte dos países do planeta — nem, por certo, integra ela o acervo de invenções atribuídas ao século vinte.

Com efeito, já há mais de dois mil anos, Sócrates foi condenado a beber cicuta por pensar contrariamente aos padrões tradicionais da sociedade grega, como morto foi Cristo, ao tempo de Tibério, pelo igual delito de subverter princípios e verdades assentes à época. A Santa Inquisição, que durante séculos semeou o terror na Europa, outro papel não desempenhou senão que o de gendarme do pensamento oficial, e as suas fogueiras queimaram Giordano Bruno e Savonarola, ou fizeram recuar Galileu, que negava então a intocável teoria do geocentrismo.

Modernamente, o nazismo, ao mesmo tempo em que urdiu uma máquina de propaganda de eficiência sem precedentes na história, engendrou também um brutal aparato de controle do pensamento e da opinião não enquadrados, não titubeando em usar, para lograr tal controle, os mais reprováveis artifícios ou em desencadear as mais inomináveis violências. Na Espanha, o franquismo assassinou Lorca e exilou Picasso pelo crime imperdoável de contrariarem a específica filosofia amparada pelo patrocínio do poder.

Graciliano Ramos, Hermes Lima, Aporreili, por igual indisciplinados, foram hóspedes nos cárceres de Vargas, enquanto sob o Estado Novo os censores do famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda — DIP se arrogavam a si a condição de guardiães da verdade, que outra não era senão a oficial.

Mais recentemente, já sob a égide do movimento de 64, o jornalista Hélio Fernandes, diretor do jornal carioca Tribuna da Imprensa, seria confinado em Fernando de Noronha por descompasso de opinião, permanecendo esse órgão diário de informação sob regime de censura prévia até hoje, desde o já remoto ano de 1968.

Compositores como Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Milton Nascimento, e um sem número de outros, tampouco

CENSURA

têm sido poupados pela ação da censura que varia desde o «saneamento» dos textos à proibição pura e simples de composições, ou à apreensão de discos já editados e em circulação no mercado.

No campo da literatura, durante o ano de 76, foram proibidos pelo Ministério da Justiça o não desprezível número de 74 obras, entre estas o livro «Feliz Ano Novo», de Rubem Fonseca, à época com a primeira edição esgotada. E já em 1977, justamente quando tanto discorre o governo — a propósito do polémico acordo nuclear Brasil-Alemanha — sobre a necessidade de defesa da soberania e dos interesses nacionais, proibiu-se o livro «Ditadura dos Cartéis», do empresário Kurt Rudolf Mirow, pela irônica razão de ser ali denunciada a nefasta atividade das multinacionais na economia do país.

Sobre a televisão, a censura é exercida de forma tal que atinge as raízes do grotesco, sendo-lhe vedado, por exemplo, fazer a menor referência, em qualquer texto encenável a uso de tóxicos, a padres que abandonam o sacerdócio, a casamentos desfeitos seguidos de nova ligação, o que, entre outras coisas, impediu que fossem levadas ao ar pela Rede Globo as novelas «Rogue Santeiro» e «Despedida de Casado», ignorando o incalculável prejuízo daí decorrente, uma vez que já então filmados inúmeros capítulos.

Assim, quer manifestando-se grosseiramente sob a forma da violência pura e simples, quer projetando-se de maneira mais refinada pelo só cerceamento dos meios e fórmulas de expressão da livre criatividade e opinião, a censura sempre existiu, através dos tempos, como instrumento repressor a serviço do «status quo», e, ativada em nome de uma moral ou de padrões de comportamento que se reputam perenes, quando isso ocorre, defende, na verdade o ideário e o comportamento dos grupos no poder.

Surpreendentemente, a vigente Constituição do Brasil, em seu artigo 179, assim assegura:

«As ciências, as letras e as artes, são livres:

É livre a manifestação de pensamento, de convicção política e filosófica, bem como a prestação de informação, indepen-

dentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer».

Todavia, como bem comprovam os fatos, neste país, o texto constitucional, também nesse sentido, permanece letra morta, já que a censura vem assestando com implacabilidade, e em escala crescente, vigorosos golpes contra a livre manifestação artística, literária e jornalística.

Mas, exatamente por agirem à revelia da lei, os censores asseguram-se de cautelas, e tanto que as proibições impostas aos órgãos de imprensa — só a título de exemplo — são comunicadas pelo telefone, e os periódicos sujeitos ainda à censura prévia não conseguem da autoridade competente qualquer comprovante de que as matérias foram entregues para serem submetidas ao seu rigoroso crivo.

Olhada no plano imediato, a censura se constitui num aparelho de violência contra o direito à livre criatividade intelectual e à informação descomprometida e honesta; a longo prazo, suas consequências são incalculáveis, estendendo-se desde o impedimento a que os brasileiros acompanhem a evolução e as novas tendências do cinema, até o tolhimento no acesso à obra de escritores que vêm estudando o que tem acontecido no Brasil nos últimos anos.

Contra a censura e o obscurantismo a que ela serve, contudo, se têm indignado setores conscientes que não abdicam ao dever, mais que ao direito, de participar da vida política e cultural da nação, pois, como bem diz a escritora Lígia Fagundes Telles, «queremos mostrar que estamos vivos e que a realidade simplesmente não pode ser cancelada».



Lígia: A realidade não pode ser cancelada.

FINALMENTE, SILENCIARAM «OPINIÃO»

No último 1º de abril, a censura brasileira conseguiu colher o fruto inglório de sua ação repressiva e asfixiante: silenciou o semanário «Opinião». Da comunicação de seus editores sobre o assunto, destacamos o seguinte:

«Este é o último número de OPINIAO a circular sob o regime de censura prévia. Só voltaremos a circular quando estivermos inteiramente livres de censura. Isto é, LIVRES».

(...)

«O ponto principal do assédio o OPINIAO era sem dúvida de ordem financeira. Nos 4 e meio anos de existência do jornal, os 230 números que publicamos somaram 5.796 páginas impressas. Se acrescentarmos a este número as matérias vetadas pela censura teríamos publicado um total de 10.548 páginas. É que precisávamos fazer semanalmente, para cada jornal publicado, quase dois. Não parou aí a ação da censura. Esta chegou ao extremo de vetar matéria publicitária paga e anúncio inseridos em nossas páginas. A Fundação Getúlio Vargas, que autorizou a publicação em nossas colunas de uma série de anúncios dos livros que editava, suspendeu intempestivamente essa publicidade, em meados de 1974. O mesmo fez a Petrobrás, em meados de 1976. Com o brutal aumento dos custos gráficos, que foi de 70 por cento nos últimos seis meses, mais o au-

mento dos jornalistas, iríamos trabalhar, a partir de agora, com um prejuízo semanal superior a trinta mil cruzeiros.

Arcariamos, ainda assim, com o prejuízo, faríamos todos os sacrifícios necessários para manter OPINIAO nas bancas, nas mãos dos leitores, dos congressistas, do povo de todos aqueles que partilhavam da nossa reflexão sobre os problemas do país. Mas que jornal estávamos nós passando a propor ao público? Que OPINIAO era essa que oferecíamos, mutilada, aviltada, desfigurada? Que matéria para meditação podíamos oferecer quando não mais podíamos sequer transcrever notícias já publicadas ou frases pronunciadas pelo Presidente da República?»

(...)

«Aqui, portanto, fazemos nossas despedidas da censura. Dos leitores, não. Porque voltaremos um dia a ser LIVRES. Só encerramos temporariamente, esta primeira etapa à espera do direito de opinar. A pausa que nos impomos não é de resignação e sim de protesto. Não paramos nossas máquinas com melancolia e sim com indignação, esta boa e bela indignação que lava entre tantos brasileiros inconformados com o cerceamento de suas liberdades, a primeira das quais é a de pensar e a de dizer o que se pensa. Aguardamos, confian-

tes, o retorno ao País do livre direito de opinião».

Ainda sobre o assunto, o Conselho de Colaboradores divulga o seguinte:

«O Conselho de Colaboradores de Opinião se constituiu, mediante a reunião de intelectuais de diferentes horizontes políticos, em virtude de algo comum a todos, algo elementar, de tão fundamental que é o direito e o dever de defenderem a liberdade de expressão. Durante quatro anos e meio, graças a coragem de seu Diretor-Responsável e à colaboração de muitos, Opinião procurou reconquistar para a imprensa do País esse direito. Negam-lhe hoje, de forma quase sistemática, a possibilidade de publicar o que toda a imprensa do País já publica. Nessas condições não há como um jornal se possa manter. Opinião suspende sua publicação enquanto tais condições perdurem. Assim procedendo mantêm-se fiel aos princípios morais que defende e que são sua origem».

Assinam a Nota: Antônio Callado, Antônio Cândido de Melo e Souza, Fernando Henrique Cardoso, Millor Fernandes, Celso Furtado, Paulo Emilio Sales Gomes, Alceu Amoroso Lima, Luciano Martins, Francisco Oliveira, Paulo Singer e Francisco C. Weffort. Pergunta para hoje e para a posteridade: Quem sabe ou quem lembrará dos nomes dos censores? ...

Oposição comprova: Custo de vida no Recife tem aumento superior a Rio e São Paulo

O deputado Marcus Cunha em pronunciamento do dia 28 de março, fez comentários sobre preços de gêneros da primeira necessidade em Recife e solicitou fosse convocado o Delegado da SUNAB, para esclarecimentos. Eis alguns trechos: "O Ministro da Fazenda declarou a convicção de que os preços não subiriam em fevereiro, no seu índice geral, a mais de 2%. Entretanto no Rio de Janeiro, a taxa inflacionária do segundo mês do ano chegou a 3,2%, elevando para 7,2%, o total acumulado em janeiro e fevereiro. Já em Belo Horizonte, o aumento foi de 4,6%, totalizando, no período, 11,1%. Em São Paulo, também os índices oficiais foram ultrapassados, pois janeiro e fevereiro, somados, acusaram uma elevação de 7,7%. Aqui em Recife, o custo de vida em fevereiro passado, aumentou 3,5%, segundo dados fornecidos pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Nos dois primeiros meses do corrente ano, o índice do custo de vida na capital de Pernambuco foi de 9,1% contra 8% (oitto por cento) no mesmo período de 1976.

Portanto, na cidade do Recife, a elevação do índice do custo de vida, nesses dois meses de 1977, foi maior do que o registrado no Rio de Janeiro e São Paulo e também maior do que o acusado em janeiro e fevereiro do ano passado.

O que significa isso? Significa que o êxito da política econômica do Governo existe apenas nas estatísticas oficiais. (...) E para mostrar a completa incompetência do Governo no controle do custo de vida, no combate à inflação, eu vou mostrar como em quatro anos os preços subiram tão desastrosamente que não vale a pena, ao menos, estabelecer percentuais.

Vejam: em março de 1973 o feijão custava 3,80; hoje, março de 77, está custando em torno dos 13,00. O arroz que nos idos de março de 1973 custava 1,75, hoje não pode ser comprado por menos de 6,00. A farinha, quatro anos passados, estava com o seu preço em torno dos 0,65, mas hoje ela está custando "apenas" 4,00. A margarina, em março de 73, podia ser encontrada pelo preço de 0,94, hoje custa 4,35. (...) O senhor delegado na SUNAB aparece muito em televisão e gosta de ser entrevistado. Preocupa-se, em demasia, com o super-

fluo, com os clubes sociais que o povo não frequenta. Seria melhor que ele prestasse mais atenção aos gêneros de primeira necessidade".

Encerrando, o deputado Marcus Cunha requereu a presença do delegado na SUNAB, para debates com os parlamentares.

Marcus Cunha Protesta Contra Redução Salarial de Professores

No dia 14 de março, o deputado Marcus Cunha formulou protesto junto ao Secretário da Educação, contra a redução de 50% no salário-aula dos professores não-especializados do Estado. Informando que o salário-aula anterior de 24,50, já insuficiente e miserável, fora reduzido para 11,70 por ato do Secretário da Educação. Marcus Cunha comentou a irracionalidade da medida, apelando ao Governo pela sua imediata suspensão.

Zezé Fernandes Comenta Crise do Combustível

No dia 9 de março, o deputado Zezé Fernandes pronunciou discurso sobre a situação dos combustíveis e medida do Governo, do qual transcrevemos o seguinte:

"Em 1973 o consumo do diesel que era de 9 milhões de metros cúbicos, pulou para 14 milhões no ano passado. Nessa marcha, pode chegar a quase 16 milhões este ano. O Governo considera essa possibilidade inaceitável. O Brasil não importa gasolina, mas já está importando óleo diesel, como produto final. O refino interno não cobre a demanda nacional, a menos que a Petrobrás passe a processar um maior número de barris de óleo bruto...

Esta, Senhor Presidente e Senhores deputados, não deixa de ser uma situação dramática, quando se sabe que cada tonelada de petróleo, pelo tipo do "blend" e pelas características técnicas do nosso parque de refino, rende 350 litros de gasolina e 200 litros de óleo diesel. Se o Brasil, por hipótese, passasse a consumir unicamente o óleo diesel, até mesmo no carro particular, cada tonelada de petróleo passaria a render apenas 200 litros de combustível auto-motivo e não mais 530 litros atuais (330 de gasolina e 200 de diesel).

Neste caso, a Petrobrás teria de processar um volume de petróleo bruto quase duas vezes maior... E não teria como estocar todo um gigantesco encalhe dos demais derivados. Exportar gasolina? O mercado internacional dos derivados é pequeno e "cativo". E cá entre nós, nem país africano aceita gasolina com 56 octanas... "(...) Para a gasolina não há alternativa. Ou dá ou desce. A única opção estaria no álcool carburante. Mas não se pode contar com o álcool em separado. Primeiro, porque o álcool disponível será utilizado compulsoriamente na mistura com a gasolina. Segundo, porque um álcool em separado certamente custaria tanto quanto ou mais que a gasolina. Terceira, porque não se deve contar com o álcool de uma cana que ainda não foi plantada".

Manoel Gilberto e a Compra da Mansão Para o Governador

O deputado Manoel Gilberto denunciou da tribuna da Assembleia Legislativa do Estado, que o Governador de Pernambuco está construindo uma casa de veraneio em Porto de Galinha, destinada ao descanso de fim de semana do Chefe do Executivo.

Afirmou o parlamentar que "Pernambuco é um Estado pobre, que atravessa sérias dificuldades financeiras, com um funcionalismo mal-remunerado e à espera de um aumento sempre protelado pelo próprio governo, e por isso não se pode dar ao luxo de utilizar verbas orçamentárias para satisfazer a vaidade de governantes que vivem dissociados da realidade pernambucana.

A casa de veraneio, cuja construção está sendo feita pelo governo, tem área construída de 600 metros quadrados, avallada a sua despesa em quase três milhões de cruzeiros".

Há, ainda, segundo o deputado Manoel Gilberto, um aspecto a considerar e que reflete o comportamento do governo à respeito das medidas administrativas que põe em prática com o fim de impressionar a opinião pública: o terreno onde será edificada a Casa de Veraneio do Governador é o mesmo onde, há um ano, se pretendeu construir um balneário para os agrônomos do Estado, vinculados ao IPA. O fato, denunciado na época pelo próprio governo, motivou a abertura de "rigoroso inquérito", cujas conclusões foram reclamadas pelo deputado Manoel Gilberto.

O deputado Manoel Gilberto, com base na situação sócio-econômica do Estado, pediu, através de indicação que o Governador desistisse da idéia de construção da referida Casa, transferindo a dotação que ali será utilizada, para fins mais úteis ao povo pernambucano.

É bom salientar que a indicação do deputado Manoel Gilberto foi rejeitada pela ARENA que endossou a posição do Governador em relação ao problema.



Marcus: "Pra que SUNAB?"



Manoel Gilberto: "O Estado é pobre"

QUEM TEM MEDO DOS ESTUDANTES?

Apesar de uma certa revitalização dos movimentos estudantis em todo o Brasil, constatável, por exemplo, em iniciativas reivindicatórias recentes, ocorridas na Universidade de São Paulo, na Bahia e mesmo a greve da PUC, ainda persistem e até recrudescem os obstáculos à atuação dos estudantes em Pernambuco. Segundo informações dos próprios universitários, os meios oficiais, especialmente as Reitorias, se têm desdobrado em manobras, negativas, protelações e até mesmo repressões e violências, tudo com o intuito deliberado de impedir o acesso das verdadeiras lideranças aos seus órgãos representativos. Mesmo numa análise geral e sumária da situação do movimento estudantil em Pernambuco, já se teria a impressão de que os jovens causam um inexplicável pânico aos seus «escalões superiores», que tudo têm feito para vê-los dispersos, mudos, desunidos, apáticos e sem representatividade

Na Católica, Uma Mini-Lei Falcão

Tome-se, por exemplo, o quadro referente na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), onde, inclusive, ocorrerão eleições para os órgãos colegiados de Direção, no próximo dia 14/4. A esse respeito, as informações levam a crer que a Reitoria da UNICAP instituirá uma espécie de «Lei Falcão» para uso interno: nem distribuição de propaganda dos diversos

candidatos, nem fixação de cartazes, nem local para sede dos «comitês» concorrentes, nada foi ainda autorizado pelo Reitor. Aliás, esse problema eleitoral faz parte de um quadro geral de completa marginalização em que são mantidos os estudantes da UNICAP. Não funcionam órgãos representativos, como DCE ou mesmos os DAS das diversas unidades; em todo o «campus» não foi destinado um só metro quadrado para que o corpo discente se possa reunir e debater seus problemas; não existem informativos ou outras publicações, nem quaisquer manifestações de caráter cultural, mesmo sobre assuntos como teatro, cinema, música, etc. Além de tudo, a Reitoria ainda instituiu, recentemente, alguns cargos de «inspetores de disciplina», que, entre outras tarefas, deverão fiscalizar a utilização de todas as salas, corredores etc. ...

Por outro lado, e apesar dos altíssimos custos das anuidades, as condições de ensino e pesquisa são precaríssimas, com péssimas instalações e insuficiente material para laboratório, clínicas, bibliotecas, etc.

Por tudo isso, nada obstante manobras e pressões, a tendência geral, para as eleições do próximo dia 14 de abril, é a de eleger os candidatos da oposição, os únicos realmente afinados com as reivindicações estudantis.

UFPE e Outras: O Mesmo Quadro

Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) continua a ofensiva contra os dirigentes estudantis mais autênticos, representados pela deposta diretoria do DCE, à frente Orlando Mindello. Consumada desde o dia 18 de fevereiro, a intervenção descabida e violenta da Reitoria naquele órgão, até o momento nada foi apurado das denúncias pretextadas, sobre irregularidades na administração do DCE — ao contrário, aliás, de boatos levianos divulgados em algumas colunas da imprensa local e das injúrias assacadas contra os ex-dirigentes através de boletins de uma «Comissão Renovadora Estudantil», grupo aparentemente ligado aos políticos da Arena. De um modo geral, há todo um esquema de desarticulação desfechado contra a oposição na UFPE: além da arbitrária intervenção do DCE, existe um clima oficial de apoio às manobras de entidades como o Projeto Guararapes, Movimento Comunitário e a citada «Comissão Renovadora», todas hostis às lideranças mais progressistas; a comissão interventora do DCE compõe-se totalmente de ele-

mentos situacionistas, ligados às conveniências da Reitoria e presididos por Ricardo Brindeiro, que fora derrotado anteriormente pela Diretoria deposta e atualmente em situação irregular, incurso no art. 6º do Dec. Lei 228 (é dependente por faltas); as eleições para os DAS vêm sendo adiadas, o que resulta numa permanên-



Estudantes: acuada e mudos

cia ainda maior da comissão interventora no DCE.

Não difere muito disso tudo a situação vivida pelos estudantes de outros centros de ensino, como a FACHO (Faculdade de Ciências Humanas de Olinda), ESUDA, FESP (Fundação do Ensino Superior de Pernambuco) e Universidade Rural. Pelo menos nas duas últimas existem Diretórios, mas as lideranças mais independentes das Reitorias e Direções continuam a sofrer constantes impugnações, manobras, e medidas coercitivas contra suas atividades.

De qualquer forma, além da eleição na UNICAP, estão programadas eleições para os órgãos colegiados das demais: significa que os universitários terão excelente oportunidade de repudiar esse estado de coisas e apoiar os líderes mais autênticos de suas unidades.

AOS DEPUTADOS E VEREADORES DO MDB

A divulgação das atividades legislativas constitui uma das finalidades deste informativo. Solicitamos aos parlamentares oposicionistas, da região metropolitana e do interior, que nos remetam cópias de seus requerimentos, discursos, projetos etc. Dentro das possibilidades de espaço e interesse jornalístico, procuraremos noticiar ao máximo essas matérias. Endereçar para MOMENTO, Av Conde da Boa Vista, 1080 — Recife.



UNICAP: Uma Mini-Lei Falcão?

O MDB JOVEM SE ORGANIZA

Aprovada em reunião da Executiva Regional, a organização do Setor Jovem do MDB, em seus passos preliminares, ficou a cargo de um Grupo de Trabalho composto por José Tavares, Lúcio Monteiro e Roberto Franca. Esse Grupo foi incumbido de, a curto prazo, apresentar à Direção partidária um elenco de propostas concretas para o pleno funcionamento do Setor.

Para tanto, foi estabelecido contacto imediato com as lideranças jovens oposicionistas e, após diversas reuniões, constituiu-se uma Diretoria provisória e foi

aprovado um programa mínimo para estruturação e funcionamento do Setor em todo o Estado.

Os componentes da Diretoria provisória são Paulo Rezende (Presidente), Roberto Arrais, Antônio Marlos, Lúcio Monteiro, Raul Jungman, Maria de Lourdes e José Tavares.

Quanto ao programa de estruturação, estão previstas reuniões regionais em Olinda (região metropolitana), Palmares (Mata Sul), Nazaré da Mata (Mata Norte), Garanhuns (Agreste Meridional), Caruaru

(Agreste Setentrional) e Petrolina (Sertão). A agenda dessas reuniões constará, basicamente, dos seguintes pontos: 1º) posição do MDB na conjuntura nacional e regional; 2º) funções e tarefas da juventude no contexto das forças oposicionistas; 3º) metas e diretrizes do Setor Jovem do MDB/PE e 4º) condições locais de organização e programa mínimo regional. Além dos dirigentes do Setor e de lideranças oposicionistas locais, o primeiro desses encontros deverá contar com a presença do Presidente do MDB/jovem do Rio Grande do Sul, Paulo Roberto Zulkovski.